

Copom eleva juros básicos da economia para 14,75% ao ano

Manifestantes fazem ato em defesa da Justiça do Trabalho em São Paulo

Página 8

Indústria cresce 1,2% em março, após 5 meses de queda ou estabilidade

Página 3

Feira do Livro SP: 40 anos da redemocratização é tema deste ano

A 4ª edição d’A Feira do Livro, festival literário paulista-no a céu aberto, ocupará a praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu, na capital paulista, de 14 a 22 de junho, e tem entrada gratuita. A feira deste ano terá como um dos temas em debates os 40 anos da redemocratização do Brasil.

“Se em 2024 lembramos os 60 anos do Golpe de 1964, em 2025 vamos celebrar o retorno da democracia, que teve na mesma praça Charles Miller um de seus palcos mais importantes”, afirmou, em nota, Paulo Werneck, um dos organizadores do evento. A praça foi palco das grandes manifestações da campanha Diretas Já.

As novidades deste ano incluem o Espaço Rebentos, com atividades para o público infantil, e a celebração do aniversário de nascimento de Machado de Assis. O escritor nasceu em 21 de junho de 1839, na cidade do Rio de Janeiro.

Além de mais de 150 expositores, entre editoras, livrarias e instituições ligadas ao livro e à leitura, a feira terá debates com autores brasileiros e estrangeiros da literatura, da poesia e da não ficção, e outras atividades em torno da cultura do livro.

Na lista de escritores convidados, estão também a jornalista Aline Midlej; a doutora em teoria literária Amara Moira, uma mulher trans que defende a presença de pessoas transgênero na produção de conhecimento acadêmico; Bia Bracher, uma das fundadoras da Editora 34; e Tati Bernardi, que é também roteirista de cinema e televisão. A lista tem ainda Ignácio de Loyola Brandão, Marilena Chaui e Drauzio Varella.

Entre os convidados estrangeiros, estão autores portugueses como a romancista Lúcia Jorge, o escritor Afonso Cruz, a jornalista e romancista Alexandra Lucas Coelho e o historiador Fernando Rosas. Os autores de língua espanhola que estarão no festival incluem a chilena Lina Meruane e o argentino Pedro Mairal. Dos Estados Unidos, virá a geógrafa Ruth Wilson Gilmore.

A programação oficial será realizada em três pontos, todos de livre acesso ao público: o Palco da Praça, montado diante da fachada histórica do Estádio do Pacaembu; o Auditório Armando Nogueira, que integra o Museu do Futebol, parceiro da feira; e o novo Espaço Rebentos, que inaugura a programação infantil oficial do festival, incluindo bate-papos com autores, contação de histórias e oficinas. Já os Tablados Literários, espalhados pela praça, terão uma programação paralela pautada pelos expositores. (Agência Brasil)

Balança comercial tem superávit de US\$ 8,15 bi em abril



Página 3

Detran-SP quer fiscalizar 70 mil motoristas no Maio Amarelo 2025

Página 2

CCJ da Câmara aprova suspensão da ação contra Bolsonaro e Ragem

Página 8

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,74	Compra: 5,78
Venda: 5,75	Venda: 5,98
EURO	
Compra: 6,51	
Venda: 6,51	

Esporte

Endurance abre temporada com rodada dupla em Interlagos

Enfim chegou a hora: neste fim de semana, o Endurance Brasil inicia sua temporada 2025. O palco não poderia ser mais apropriado: o Autódromo de Interlagos, em São Paulo (SP). O templo do automobilismo brasileiro verá uma nova fase do show dos carros mais rápidos do país, que embarca numa nova fase de crescimento com ampliação das possibilidades de transmissão, grid de largada repleto de novidades e com promessa de expansão e um formato novo e mais dinâmico para as provas.

Neste ano, as categorias P1 (voltada a protótipos, com inspiração na classe FIA LMP3), GT3 e GT4 (seguindo as regulamentações da FIA) foram mantidas. A novidade é o retorno da categoria GT3 Light, voltada a veículos desta concepção fabricados até 2012. A diretoria da Associação de Pilotos de Endurance (APE) também está reforçada: a partir de 2025, a presidência passa a ser ocupada por Marco Pisani, com

Henrique Assunção como vice-presidente e um grupo de oito competidores com suporte e atuação ativa junto aos principais mandatários.

“A Associação e a categoria enxergam 2025 como o início de uma nova fase para todos”, destacou Pisani. “Revisamos regulamentos e acordos com apoiadores, patrocinadores e parceiros de mídia e outras áreas para garantir a melhor experiência possível a pilotos, equipes, incentivadores e aos nossos fãs. Teremos corridas mais equilibradas, dinâmicas e um modelo mais sustentável e atrativo a todos que fazem o show dos carros mais rápidos do país se tornar realidade”, completou o presidente, que projeta um grid de até 26 carros ao longo da temporada.

Provas mais dinâmicas e maior exposição

Em 2025, o Endurance Brasil terá oito etapas, mas o número de fins de semana de competição foi reduzido para seis. Desta forma, as provas realizadas nos autódromos de Interlagos e do Velocitta, em Mogi Guaçu (SP), estão programadas para receber rodadas duplas, com provas em dias consecutivos de três horas de duração, cada. As demais provas, agendadas para Cascavel (PR), Brasília (DF), Santa Cruz do Sul (RS) e Velopark, em Nova Santa Rita (RS), manterão a duração de quatro horas.



Templo do automobilismo brasileiro sedia rodada dupla de abertura do campeonato

Os eventos serão transmitidos ao vivo pelo YouTube, nos canais da própria categoria e dos novos parceiros do Acelerados, que possui quase três milhões de fãs em suas plataformas digitais e garantirá também exibição na modalidade FastTV, nas SmartTV da Samsung e TCL. A categoria ainda terá uma parceria inédita em sua história para transmissão em TV aberta. O acordo, com a RedeTV!, prevê a exibição de um programa de uma hora de duração no fim de semana seguinte a cada

etapa, mostrando o que de melhor aconteceu dentro da pista.

Estreia repleta de ação na pista

Além de ser realizado em formato de rodada dupla, o fim de semana inaugural da temporada acontecerá junto de um evento prestigiadíssimo em seu segmento: o Porsche Club, promovido pela Stuttgart Porsche, apoiadora oficial do Endurance Brasil desde os primórdios e que detém uma das mais vitoriosas equipes da categoria e do automobilismo brasileiro.

Outra atração será a Bike Series, com centenas de ciclistas tomando a pista na manhã do dia derradeiro do evento. Os ingressos já estão à venda pelo site da DiskIngressos, com preços extremamente acessíveis ao público, com valores a partir de R\$ 15. Todas as modalidades de ingresso garantem visitação aos boxes nos horários previstos e estacionamento grátis enquanto houver vagas nas dependências do autódromo.

Campineira Manu Clauset participará do FIA Girls on Track Brasil Seletiva de Kart

O mais importante evento totalmente feminino do automobilismo brasileiro será realizado neste fim de semana (10 e 11/5), no Kartódromo Aldeia da Serra, em Barueri (SP). Iniciativa da Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA), através da Comissão Feminina de Automobilismo (CFA), será realizada a 3ª edição da FIA Girls

on Track Brasil Seletiva de Kart, que destinará às vencedoras com um prêmio no valor de R\$ 30 mil, patrocinado pela Porto, além de abrir as portas para o automobilismo profissional. E uma das 16 selecionadas para a categoria Júnior é a campineira Manu Clauset (VW Germânica/Liqui Moly/Freios Frum/Raceville Speed Club/TSO Brasil), que no ano passado ficou a 79 centésimo de segundo da vice-campeã.

“No ano passado, sem ter experiência na pista e em minha primeira temporada completa no kartismo já fiquei em terceiro, muito próxima da vice-campeã. Desta vez, já conheço bem o Kartódromo Aldeia da Serra, onde fiz mais de 20 corridas e tenho mais experiência em disputas, o que me dá confiança para brigar diretamente pelo título”, afirma a garota de apenas 15 anos de idade.

A Seletiva de Kart 2025 será disputada em duas categorias: Kids (10 a 14 anos) e Júnior (15 a 22 anos), com 16 vagas em cada uma. As atividades terão início na tarde de sábado (10/5), com sorteios de numeração, chassi e sensor, briefing, e treino livre de 10 minutos, às 18h e às 18h15. No dia seguinte (11/5), as meninas participarão de um warm-up às 8h00. As tomadas de tempo terão início às 10h00, com as baterias eliminatórias começando às 11h00. As provas finais serão disputadas a partir de 13h50 e 14h10.

Manu Clauset tem o apoio de VW Germânica, Liqui Moly, Freios Frum, Raceville Speed Club, TSO Brasil e RCP.

Balança comercial tem superávit de US\$ 8,15 bilhões em abril

A queda no preço de diversas commodities (bens primários com cotação internacional) fez o superávit da balança comercial encolher em abril, apesar do início de algumas safras. No mês passado, o país exportou US\$ 8,153 bilhões a mais do que importou, divulgou na quarta-feira (7) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Em relação a abril de 2024, o superávit caiu 3,3%. O resultado é o quarto melhor para o mês, só perdendo para abril de 2021, quando foi registrado superávit recorde de US\$ 9,963 bilhões, 2022 e 2024.

A balança comercial acumula superávit de US\$ 17,728 bilhões nos quatro primeiros meses de 2024. O valor representa queda de 34,2% em relação aos mesmos

meses do ano passado. O recuo no valor acumulado ocorreu porque a balança comercial teve déficit de US\$ 471,6 milhões em fevereiro, motivado pela importação de uma plataforma de petróleo.

Tanto as exportações como as importações bateram recorde. Em abril, o país exportou US\$ 30,409 bilhões, alta de 0,3% em relação ao registrado no mesmo mês do ano passado e o melhor abril desde 1989, quando começou a série histórica. As importações somaram US\$ 22,256 bilhões, alta de 1,6% na mesma comparação e também o maior valor da história.

Exportações

Do lado das exportações, as vendas externas de soja, principal produto da agropecuária, ca-

íram 6,1% em relação a abril do ano passado, por causa da queda de 9,7% dos preços médios. As vendas de minério de ferro recuaram 14,3%, motivada pela queda de 16,4% nos preços.

No entanto, a alta no preço do café e da carne bovina ajudaram a sustentar a balança. As vendas de alguns produtos, como carne bovina, veículos e ferro-gusa, subiram no mês passado, compensando a diminuição de preço dos demais produtos.

Importações

Do lado das importações, as aquisições de motores, máquinas, medicamentos, componentes de veículos, adubos e fertilizantes químicos subiram. A maior alta ocorreu com os fertilizantes, cujo valor comprado aumentou US\$ 327,4 milhões (+36,2%)

em abril na comparação com abril do ano passado.

Volume de exportações

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas caiu 0,5%, puxado pela queda na quantidade vendida de café e de cobre. Os preços aumentaram apenas 0,8% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada subiu 4,4%, impulsionado pelo crescimento econômico, mas os preços médios recuaram 2,9%, refletindo a queda no valor das commodities (bens primários com cotação internacional).

Setores

No setor agropecuário, a queda na quantidade vendida pesou mais para o recuo de 0,8% nas

exportações do segmento. O volume de mercadorias embarcadas caiu 4,9% em abril na comparação com o mesmo mês de 2024, enquanto o preço médio subiu 4,5%.

Na indústria de transformação, a quantidade subiu 1,3%, com o preço médio subindo 1,5%, refletindo uma certa recuperação econômica na Argentina, o maior comprador de bens industrializados do Brasil.

Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada subiu 1,6%, enquanto os preços médios recuaram 5%, fruto da desaceleração econômica na China e do acirramento da guerra comercial por parte do governo de Donald Trump.

Estimativa

Segundo as estimativas mais

recentes do Mdic, divulgadas em abril, o superávit deverá ficar em US\$ 70,2, queda de 5,4% em relação a 2024. A próxima projeção será divulgada em julho.

Segundo o MDIC, as exportações devem subir 4,8% em 2025 na comparação com 2024, encerrando o ano em US\$ 353,1 bilhões. As importações subirão 7,6% e fecharão o ano em US\$ 282,9 bilhões. As estimativas, no entanto, devem ser revistas na próxima projeção, em julho, porque não consideram os efeitos do tarifaço de Donald Trump nem da retaliação comercial da China.

As previsões estão mais pessimistas que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US\$ 75 bilhões neste ano. (Agência Brasil)

Indústria cresce 1,2% em março, após 5 meses de queda ou estabilidade

A indústria brasileira cresceu 1,2% na passagem de fevereiro para março. O resultado rompe um período de cinco meses seguidos em que o setor acumulava perdas ou variação positiva muito perto de zero, o que é considerado estabilidade. É também a maior expansão desde junho de 2024, quando o crescimento ficou em 4,3%.

Considerando apenas os meses de março, esse é o maior resultado desde 2018, quando cresceu 1,4%. O dado faz parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgado na quarta-feira (7) pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação a março do ano passado, houve avanço de 3,1%. Nesse tipo de comparação, é a décima alta positiva seguida. Em 12 meses, a indústria acumula 3,1%.

Com esses resultados, a indústria se encontra 2,8% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 14,4% abaixo do ponto mais alto da série histórica, registrado em maio de 2011.

Veja o comportamento da indústria nos últimos seis meses na comparação com o mês imediato

mente anterior:

Março 2025: +1,2%
Fevereiro 2025: 0%
Janeiro 2025: +0,1% (considerado estabilidade)
Dezembro 2024: -0,3%
Novembro 2024: -0,7%
Outubro 2024: -0,1%

Alta disseminada

O gerente da pesquisa, André Macedo, destaca que o crescimento de março é uma “compensação de meses em que a indústria mostrou menor dinamismo”. Só nos três últimos meses de 2024 o recuo acumulado tinha

ficado em 1%.

Macedo ressalta ainda que houve crescimento disseminado no setor e “segmentos importantes mostrando crescimento na produção”.

Das quatro grandes categorias econômicas pesquisadas, três apresentaram expansão:

Bens de consumo duráveis: 3,8%
Bens de consumo semi e não duráveis: 2,4%
Bens Intermediários (são usados na produção de outros bens): 0,3%
Bens de capital (máquinas e

equipamentos): -0,7%

Outro dado que mostra disseminação do crescimento foi que, entre as 25 atividades pesquisadas, 16 apresentaram comparação positiva de fevereiro para março, sendo as principais influências positivas:

coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis: 3,4%
indústrias extrativas: 2,8%
produtos farmoquímicos e farmacêuticos: 13,7%
veículos automotores, rebornizes e carrocerias: 4%
O índice de difusão, que mos-

tra o percentual dos 789 produtos investigados que tiveram crescimento na produção, ficou em 59,7% na passagem de fevereiro para março.

A média móvel trimestral, indicador que permite visualizar a tendência de comportamento do setor sem interferências pontuais, ficou positiva em 0,4%, “interrompendo a trajetória predominantemente descendente iniciada em novembro de 2024”, afirma o IBGE. A média móvel trimestral apurada em março foi o primeiro resultado positivo desde outubro. (Agência Brasil)

MP de desoneração de data centers deve sair nesta semana, diz ministro

A medida provisória que antecipa os efeitos da reforma tributária e desonera os data centers (centro de dados) que se instalarem no Brasil deve sair ainda nesta semana, disse na terça-feira (6) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em café da manhã com cerca de 40 executivos e empresários do Vale do Silício, na Califórnia, o ministro apresentou a nova política nacional de data

centers, que pretende atrair investimentos de até US\$ 2 trilhões nos próximos anos.

Segundo Haddad, a MP terá os seguintes eixos:

Desoneração de 100% dos tributos federais sobre investimentos feitos pelo setor de data centers;

Redução do Imposto de Importação sobre equipamentos de tecnologia da informação não fa-

bricados no Brasil;

Desoneração total das exportações de serviços produzidos por esses equipamentos.

Na segunda-feira (5), Haddad tinha dito que o governo pretende antecipar os efeitos da reforma tributária para o setor de data centers. Nesta terça, ele explicou que a antecipação será possível porque os estados não tiveram tempo de fazer guerra

fiscal em torno da nova economia, usando o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para atrair big techs (grandes empresas de tecnologia).

“Qual é a vantagem do Plano de Transformação Ecológica? É que não há guerra fiscal em torno desse plano simplesmente porque a economia ainda não está organizada em torno dele.

São setores que virão a ser organizados, e a guerra fiscal não se estabeleceu ainda. Então temos a vantagem de poder antecipar os efeitos da reforma tributária para agora”, declarou o ministro na abertura do café da manhã, organizado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil).

O ministro ressaltou que a reforma tributária do consumo, que entrará em vigor em 2026 e só será totalmente implementada em 2032, fará o Brasil ter um dos melhores sistemas tributários do mundo, totalmente digitalizado. Haddad reiterou que o Brasil tem a vantagem de ter a maior parte da matriz energética de fontes renováveis, o que reduzirá as emissões de gás carbônico pelos data centers.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, estava no café da manhã. A capital flu-

minense pretende se consolidar como um pólo de atração para as big techs nos próximos anos.

Outros compromissos

Também na terça, Haddad reuniu-se com executivos da Amazon e da Microsoft. Nos últimos dias, o ministro encontrou-se com a diretora-financeira do Google, Ruth Porat, e com o presidente-executivo da Nvidia, Jensen Huang.

Na quarta-feira (7), último dia da viagem ao México, Haddad se reúne com brasileiros que trabalham em empresas mexicanas ou em multinacionais brasileiras no país.

O ministro terá uma reunião bilateral com Edgar Amador Zamorra, secretário da Fazenda e Crédito Público do México. A pauta é o aprofundamento das relações bilaterais. (Agência Brasil)

Copom eleva juros básicos da economia para 14,75% ao ano

A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o Banco Central (BC) aumentar mais uma vez os juros.

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,5 ponto percentual, para 14,75% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

Essa foi a sexta alta seguida da Selic. A taxa está no maior nível desde agosto de 2006, quando também estava em 14,75% ao ano.

A alta consolida um ciclo de contração na política monetária.

Após chegar a 10,5% ao ano de junho a agosto do ano passado, a taxa começou a ser elevada em setembro do ano passado, com uma alta de 0,25 ponto, uma de 0,5 ponto e três de 1 ponto percentual.

Inflação

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em abril, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), considerado a prévia da inflação oficial, ficou em 0,43%. Apesar da desaceleração em relação a março, o preço dos alimentos continua



Foto: Ráfa Neddermeyer/Agência Brasil

impressionando a inflação.

Com o resultado, o indicador acumula alta de 5,49% em 12 meses, acima do teto da meta contínua de inflação. Os números do IPCA cheio de abril só serão divulgados na próxima sexta-feira (9).

Pelo novo sistema de meta contínua em vigor desde janeiro, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

No modelo de meta contínua, a meta passa ser apurada mês a mês, considerando a inflação acumulada em 12 meses. Em maio de 2025, a inflação desde junho de 2024 é comparada com a meta e o intervalo de tolerância.

Em junho, o procedimento se repete, com apuração a partir de julho de 2024. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao índice fechado de dezembro de cada ano.

No último Relatório de Inflação, divulgado no fim de março pelo Banco Central, a autoridade monetária elevou para 5,1% a previsão do IPCA para 2025, mas a estimativa pode ser revista, dependendo do comportamento do dólar e da inflação. O próximo relatório será divulgado no fim de junho.

As previsões do mercado estão mais pessimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 5,53%, mais de 1 ponto acima do teto da meta. Há um mês, as estimativas do merca-

Haddad conversa com presidenta do México sobre relações econômicas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reuniu-se na quarta-feira (7) com a presidenta do México, Claudia Sheinbaum, para tratar das relações econômicas entre aquele país e o Brasil. A agenda aconteceu no Palácio Nacional, na Cidade do México, onde o ministro também se reuniu com o secretário da Fazenda e do Crédito Público do México, Edgar Amador.

No México, Haddad também se encontrou com o embaixador do Brasil no país, Nedilson Jorge, e com empresários brasileiros, entre eles, os representantes das empresas Nu México, WEG, Marcopolo, Tramontina, Odontoprev, Coca-Cola, Eurofarma, BrasdesCard e Banco de Pagos Internacionales (BIS).

O ministro da Fazenda encerrou na última quarta-feira, um ciclo de agendas internacionais iniciado no último domingo (4).

Na terça-feira (6), o ministro participou de café da manhã com cerca de 40 executivos e empresários do Vale do Silício, na Califórnia (EUA), para apresentar a nova política nacional de data centers (centros de processamento de dados), que pretende atrair investimentos de até US\$ 2 trilhões nos próximos anos.

Em Los Angeles, Haddad reuniu-se com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, também para tratar da política de data centers. (Agência Brasil)

Juízes se mobilizam contra suspensão de processos sobre pejetização

A suspensão nacional de todos os processos que discutem a validade de contratos via pessoa jurídica (pejetização), determinada pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acendeu o alerta entre juizes do Trabalho, que participaram na quarta-feira (7) de mobilização em várias capitais em defesa da competência constitucional da Justiça do Trabalho. No Rio de Janeiro, o ato foi realizado em frente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), no centro da cidade.

No dia 14 de abril, o ministro Gilmar Mendes decidiu suspender a tramitação de todos os processos na Justiça brasileira que discutam a legalidade da pejetização, em que empresas contratam prestadores de serviços como pessoa jurídica, evitando criar uma relação de vínculo em-

pregatício formal. A suspensão, determinada no Tema 1389 de repercussão geral, paralisa processos que discutem o reconhecimento de vínculo empregatício em contratos com pessoa jurídica – prática crescente em setores como tecnologia, saúde e economia, sobretudo em plataformas digitais.

As 24 associações dos Magistrados do Trabalho (Amatras), a Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional dos Procuradores das Procuradoras do Trabalho (ANPT) e a Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat) assinaram um manifesto conjunto reforçando a importância da competência da Justiça do Trabalho, que foi reiterado durante a mobilização nacional convocada pelas entidades.

“Apesar da importância do tema em discussão no STF, a ausência de prazo para o julgamento de mérito amplia a insegurança institucional e compromete o andamento de processos sensíveis no âmbito da Justiça do Trabalho, incluindo ações sobre trabalho análogo ao escravo”, afirmou a juíza Daniela Muller, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra).

No ato realizado na capital fluminense, o juiz titular da 5ª Vara do Trabalho da capital fluminense, Ronaldo Callado, secretário-geral da Anamatra, alertou para os riscos da decisão do ministro Gilmar Mendes. Para ele, a suspensão em todo o país dos processos sobre pejetização pode levar ao esvaziamento da Justiça do Trabalho.

Segundo Callado, a Justiça

do Trabalho desde sempre é a Justiça responsável por eventualmente analisar uma fraude numa suposta relação civil ou comercial. Ele destacou que é a Justiça do Trabalho que desmascara a fraude para dizer se há um vínculo de emprego.

“Essa decisão do ministro Gilmar Mendes simplesmente manda suspender todos esses processos em qualquer fase. São milhares de processos. Caso essa decisão seja confirmada, se ele disser que os juizes do Trabalho não têm competência nesses casos, todos esses processos vão para a Justiça comum, que vai ter que apreciar tudo isso”, disse.

Para o secretário-geral da Anamatra, o problema é que a decisão do ministro Gilmar Mendes é muito ampla e não está ligada à pejetização.

“O ministro fez questão de esclarecer que ela abrange qualquer tipo de relação. Inclusive de entregadores, de motoboys, que são pessoas simples, são os nossos reclamantes frequentes na Justiça do Trabalho. Isso, a nosso ver, vai fazer, se aprovada e a competência for para a Justiça comum, com que todo mundo vá agora contratar sob um falso regime que não seja o de emprego porque, para decidir essa controvérsia, não será mais na Justiça do Trabalho, vai ser na Justiça comum, que demora muito mais, que não tem esse olhar social que nós temos. Vai haver um esvaziamento total da Justiça do Trabalho. Quem vai querer contratar empregado? Ninguém mais vai querer contratar”, reforçou.

Na avaliação dele, um dos efeitos da decisão pode ser a

queda da arrecadação do governo. “Vão fazer MEIs, parcerias. Tudo aparentemente lícito, mas que na prática é um vínculo de emprego. O governo vai perder muito em arrecadação porque não vai ter mais recolhimento de INSS, de várias verbas em que incidem impostos. Isso é um problema que tanto os poderes Legislativo e Executivo deviriam estar mais inseridos nessa discussão”, completou Callado.

A diretora da Associação dos Juizes do Trabalho (Ajutra) e titular da 9ª Vara do Trabalho da capital fluminense, Taciela Cordeiro Cylleño, disse que os juizes do Trabalho têm verificado que recentes decisões do STF não reconhecem ou questionam a competência dessa Justiça especializada para processar e julgar processos que envolvam relações trabalhistas.

“A Justiça do Trabalho recebeu a missão constitucional da pacificação social dos conflitos trabalhistas, não só os conflitos relacionados às relações de emprego previstas na CLT, mas a toda e qualquer relação de trabalho. É extremamente importante que essa competência seja mantida na Justiça do Trabalho, principalmente neste momento que vivemos de revolução tecnológica onde novas formas de trabalho estão surgindo”, destacou a juíza.

Segundo a diretora da Ajutra, há um receio institucional dos juizes do Trabalho, dos procuradores do Trabalho e dos sindicatos de que a decisão do ministro Gilmar Mendes propicie que as relações, quando criadas pelas pessoas jurídicas, sejam tratadas como relações civis e não relações de trabalho. Neste caso, seriam relações entre duas empresas, e a competência para processar e julgar não seria da Justiça do Trabalho e sim da Justiça comum.

O diretor de Prerrogativas da Amatra e juiz do trabalho substituto do TRT da 1ª Região, Rafael Pazos Dias, disse que o ato teve como objetivo fortalecer a competência da Justiça do Trabalho em razão de decisões do STF que vêm restringindo a atuação do órgão ao cassar decisões da Justiça do Trabalho que têm reconhecido vínculos de emprego quando constatadas as fraudes nessas relações.

“A decisão do ministro Gilmar Mendes não vem isolada. Já é uma tendência nas últimas decisões do STF uma restrição da nossa competência e uma liberalização das outras formas de contratação em detrimento da relação de emprego”, afirmou Dias.

O ministro Gilmar Mendes foi procurado para se pronunciar sobre o ato das associações trabalhistas por meio de sua assessoria, mas não quis comentar.

Brasília

Na capital federal, a Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional dos Procuradores das Procuradoras do Trabalho (ANPT) e a Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat) – associações representativas, respectivamente, da magistratura do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da advocacia trabalhista em âmbito nacional – realizaram a mobilização no Foro Trabalhista.

O ato teve o apoio da Associação dos Magistrados do Trabalho da 10ª Região (Amatra 10/DF e TO), da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) e da Associação de Advogados Trabalhistas do Distrito Federal (AATDF). (Agência Brasil)

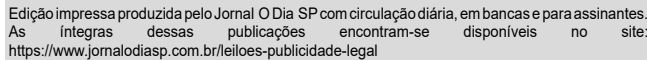
ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA AUXILIADORA DO IPIRANGA

CNPJ nº 60.737.590/0001-61

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em R\$ 1)

<



CNPJ/MF 58.578.006/0001-20 - NIRE 35.300.118.570

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXI S.A.
CNPJ/ME nº 40.004.405/0001-12 - NIRE 35.300.560.621
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CNPJ/ME nº 40.004.405/0001-12 - NIRE 35.300.560.621

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XXI S.A.
 Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
 Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.03

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissão da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Escritura da 10ª (décima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 5 (Cinco) Séries, com Instituição de Patrimônio Separado, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Travessia

São Paulo, 06 de maio de 2025.

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Nome: Thaís de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.03

São Paulo, 06 de maio de 2025.

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Nome: Thaís de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

CNPJ/MF nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

[illegible]

Dia de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 100063938-2018.6.26.0012 QIA MM. Juízo(a) de Direito da (1ª Vara Cível, do Juízo Regional I - Santo Amaro, Estado do São Paulo) Nº 100063938-2018.6.26.0012 QIA MM. Juiz(a) de Direito Jussara de Albuquerque Cerqueira, CPF 002 0041355-00, que lhe foi proposta uma ação de indenização por Dano Material por parte do Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, requerendo o ressarcimento de R\$ 9.485.61 (nove mil e quatrocentos e oito reais) colisão no veículo assegurado pela apólice nº 188579719 em 03/02/2017, colidindo na traseira do veículo assegurado na pontua Junubataba. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, seja fluída após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado réu nato, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na boca da lei, NADA MAIS. Dado e assinado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de abril de 2023.

Edital de citação - Polo do Estado nº 200639338.2018.8.26.0102 (Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Márcia Babin, na forma de lei: Faz saber ao(s) Emlenison Jesus Cenequira, CPF 002.060.355-00, que ele foi proposita uma ação de Indenização por Dano Material por parte do Posto Seguro Companhia de Seguros Gerais, requerendo o ressarcimento de R\$ 9.489,61 (nove mil e 489 reais e 61 centavo) no veículo assegurado no prazo de 08/575739 (08/5/2017), colidindo na traseira do veículo assegurado na ponte Jumbateba, município de Jumbateba, Estado de São Paulo, no dia 15/05/2017, tendo sido constatado o dano material e moral. A presente proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Preste a presente edital, por extrato, através e publicado na forma de lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de abril de 2025.

CNPJ nº 38.419.803/0001-58 - NIRE 35300556046

Acima convocados os Srs. Deputadistas da Emissão da Emissora (Deputadistas e "Debutentes", respectivamente, nos termos da Escritura de Emissão, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Deputadistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 14 de maio de 2023, às 15:45 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo assim disponibilizado pela Emissora o endereço eletrônico para acesso ao link de acesso às reuniões de 23 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, a fim de deliberar sobre os temas de interesse dos Deputadistas e Debutentes ("CVM") e 23 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentada pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.groptvassima.com). As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Deputadistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Escritura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Deputadistas, previamente à realização da Assembleia, aqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@groptvassima.com, juridico@groptvassima.com, man@groptvassima.com, rzf@groptvassima.com e agenciadigital@vorbx.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Deputadistas deverão acessar o link de acesso a reunião no no máximo 15 (quinze) minutos de antecedência à realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo e o endereço eletrônico, para permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em áudio das reuniões presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Deputadistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Deputadista, caso representado por procurador; também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Deputadista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.

ELLEVE & TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
 Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
 Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

CNPJ/ME nº 32.247.733/0001-11 - NIRE 35.300.529.367

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissão da Emissora ("Debenturistas" e "Debentures", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 16 de maio de 2025, às 09:45 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo

São Paulo, 06 de maio de 2025.

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035

PRIVADA PARA AS DEBENTURES DA QUINTA SERIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A. ("EMISSAO" E EMISSORA", RESPECTIVAMENTE)

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.
Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035

PRIVADA PARA DAS DEBÊNTURES DA QUINTA SÉRIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. ("EMIÇÃO" E EMISSORA", RESPECTIVAMENTE)

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.
Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

Conselho Fiscal	
Efetivos: Décio Suzuki Osvaldo Lioiti Matsumoto Kagohara Luiz Tsuneo Kitabayashi	Suplentes: 1º Mario Idumi Yoshimoto 2º Miguel Jesus Espinosa
Delegados representantes: Efetivos: Yuichi Ide Jorge Seiliti Matsumura	Suplentes: 1º Lúcia Midori Morimoto 2º Noburu Kuzuhara
Yuichi Ide Presidente	

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035

Ao convocar os Srs. Debitantes da Emissão da Emissora ("Debitantes" e "Debitentes", respectivamente), nos termos da Circular nº 12/21 (Décima Segunda) Emissão de Debitures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirúgrafaria, s/n (Três) Séries, para Distribuição Pública Sob o Rito Automático para as Debitures da 1ª (Primeira) Série e Colocação Privada para as Debitures da 2ª (Segunda) Série e da 3ª (Terceira) Série, da Travessa Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Escriptura de Emissão"), a reuniram-se em Assembleia Geral da Debitentura ("Assembleia"), a realizar-se no dia 14 de maio de 2025, às 11:45 horas, de forma presencial e/ou remota, na plataforma de videoconferência por assinatura eletrônica, sob o controle de acesso por senha, para deliberar sobre a realização da Assembleia e a emissão de Debitures de acordo com o disposto no Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia. (i) A ocorrência das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotruvessa.com). Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Escriptura de Emissão, salvo se contextualizado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debitentores, previamente à realização da Assembleia, aqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para cr@grupotruvessa.com, juridico@grupotruvessa.com e assemblies@oliveirastur.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debitentores deverão acessar o link de acesso a reunião com no menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu espaço com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ato dos Debitentores presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debitentores presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debitentor, não representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, devidamente assinada e autenticada digitalmente, com o poder específico para a representação na Assembleia; e (ii) Se participante pessoa jurídica: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a legalização legal do Debitentista (i.e. ato de eleição de diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia o Debitentista até menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.

Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissão da Emissora ("Debenturistas" e "Debentures", respectivamente), nos termos da Escritura da 13ª (Décima Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 5

São Paulo, 06 de maio de 2025.

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035

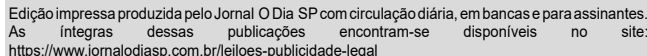
14º) (Décima Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, com Instituição do Regime Educário, da Trajessória

Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissão da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.
Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance



TMK ENGENHARIA S.A.
CNPJ/ME nº 28.131.759/0001-22 - NIRE 35300505

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

São Paulo, 06 de maio de 2025.
TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A
 Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
 Nome: Thaís de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.****TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**

Nome: Thaís de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance



Em atenção às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação e consideração de V. Sas., o Balanço Patrimonial Caixa, referentes ao Exercício encerrado em 31/12/2024. Outrossim, colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Balança Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de euros)			
ATIVO	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO
Activo circulante			Passivo circulante
Caixa e equivalentes de caixa	31.854	41.273	Obrigações trabalhistas
Vendas de Imoveis	300	199	Obrigações tributárias
Outros créditos	433	655	Outras contas a pagar
IPUT a Receber	1	1	Adiantamento de clientes
Partes Relacionadas	1.319	1.319	Total do passivo circulante
Tributos a recuperar	427	422	Passivo não circulante
Deposito/Bloqueio Judicial	86	86	Outras contas a pagar
Imoveis para Venda	20.195	20.673	Resultados de Exercícios Futuros
Total do activo circulante	54.615	64.628	Total do passivo não circulante
Activo não circulante			Património líquido
Venda de Imoveis	1.054	784	Capital social subscrito
Outros créditos	9.517	17.973	Reserva Capital
	10.571	18.757	Reserva legal
			Reserva de Reavaliação
Investimentos	-	-	Lucros acumulados
Imobilizado	5	5	(+/-) Ajustes do Exercício Anterior
	5	5	Património líquido da Controlada
			(+/-) Participação de não controlada
Total do activo não circulante	10.576	18.762	Total do património líquido
Total do activo	65.191	83.390	Total do passivo e património líquido

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023

	Capital social	Reserva	Aj. de Avaliação	Reservas	P
	integ. Subscrito de Capital	Patrimonial	Reavaliação	Legal	acum.
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.410	3	-	19.523	482
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Reavaliação de Imóveis	-	-	-	425	-
(-)Distribuição de Lucro	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	2.410	3	-	19.948	482
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
(-)Distribuição de Lucro	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	2.410	3	-	19.948	482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras e estão disponíveis aos acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

01 - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas consoante as práticas contábeis emanadas da legislação societária, observadas as seguintes informações:

- Resumo dos Procedimentos Contábeis: a) Os Ativos Realizados e os Passivos Exigíveis com prazo inferior a 360 dias, são avaliados pelo valor nominal, acrescido de correção monetária, e deduzido o valor das provisões para créditos de liquidação duvidosa e para depreciação e amortização;

b) O imobilizado demonstrado ao custo de aquisição acrescido de correção monetária, ate 31.12.1995. 03 - O custo de aquisição é determinado pelo valor nominal da moeda estrangeira, convertido para o valor nominal da moeda nacional, utilizando-se a taxa de câmbio vigente no dia da aquisição.

R\$ 2.410.000,00 representado por 2.410.000 ações ordinárias endossáveis no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

DIRETORIA	
Maria Cristina Leite Silveira Diretora Presidente	Fabio Rosa Silveira - Diretor João Carlos Rosa Silveira - Diretor

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão também disponíveis em: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>.

SANFARI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ nº 00.985.733/0001-22 | NIRE 35.214.774.545

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Srs. Sócios para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 20 de maio de 2025 em primeira convocação às 15h e, em segunda convocação, às 15h30, na Av. Pílio Binsani, nº 1.000, 4º andar, Porto Alegre, RS, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros. Os documentos pertinentes encontram-se disponíveis no endereço acima mencionado.

São Paulo, SP, 05 de maio de 2025.
Administração



CNPJ/MF: 06.76.538/0001-14 - NIRE: 35.300.317/401

**Edital de Convocação para a Oitava Assembleia Geral de Titulares dos
Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão de
Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização**

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização e Contratos de Compravenda de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Série da Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), reuniram-se em **1ª convocação** para a Oitava Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a se realizar no dia **03 de junho de 2025 às 10:00 horas**, e **caso não instalada em 1ª convocação, ficam convocados para 2ª convocação, a se realizar no dia 17 de julho de 2025 às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("link", nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2017 ("RCVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em dezembro de 2024, nos termos do RCVM 60. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o *link* de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, a ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtosbs@grupponom.com e afassemblies@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes; (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI; e b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes; (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 07 de maio de 2025. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

2bCapital S.A.

CNPJ nº 07.063.675/0001-29 – NIRE 35.300.318.714

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

Data, Hora, Local: Em 27.3.2025, às 10h, na sede social, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 8º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011. **Mesa:** Presidente: Vinícius Urias Favarão; Secretário: Cassiano Ricardo Scarpelli. **Deliberações:**

1) eleger para o cargo de Diretor da Sociedade, **Marcelo Souza Ramos**, brasileiro, casado, bancário, RG 29.038.951-3/SSP-SP, CPF 213.476.688/37, com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CPF 06029-900, o qual: a) terá mandato coincidente com o dos demais membros da Diretoria, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar, após a Assembleia Geral Ordinária no ano de 2027; b) firmou declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.406/76, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade. Em consequência, a Diretoria da Sociedade, fica assim composta: **Diretor-Presidente: Vinícius Urias Favarão**, brasileiro, casado, bancário, RG 19.674.792-2/SSP-SP, CPF 177.975.708/50, com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CPF 06029-900; **Diretores: Rafael Padilha de Lima Costa**, brasileiro, casado, bancário, RG 65.861.098-3/SSP-SP, CPF 055.217.997/37, com endereço profissional na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011; **Afonso Correa Taciro Junior**, brasileiro, casado, bancário, RG 17.265.836-6/SSP-SP, CPF 125.725.268-24; **Carlos Wagner Firetti**, brasileiro, casado, bancário, RG 17.479.714-2/SSP-SP, CPF 116.362.538-81; e **Marcelo Souza Ramos**, brasileiro, casado, bancário, RG 29.038.951-3/SSP-SP, CPF 213.476.688/37, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CPF 06029-900; 2) registrar a designação do diretor eleito, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em substituição a Afonso Correa Taciro Júnior, conforme quadro abaixo:

Base Normativa CVM	Início da Vigência	Responsabilidade	Diretor Indicado
Resolução CVM nº 21, de 25.2.2021, Art. 4º, inciso V	27.3.2025	Responsável pela gestão de riscos	Marcelo Souza Ramos

Encerramento: Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos Conselheiros presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica. a) Vinícius Urias Favaro, Cassiano Ricardo Scarpelli e Moacir Nachbar Junior. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Cassiano Ricardo Scarpelli - Secretário. **Certidão -** Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 133.549/25-2, em 16.4.2025. a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº. 26.609.050/0001-64 - NIRE: 33.300.498.119

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE QUOTIOGRÁFICA, COM INSTITUIÇÃO DE REGIME FIDUCIÁRIO, SENDO A 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESPORTEOS RESTRITOS, E A 2ª (SEGUNDA) SÉRIE PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. S (EMISSÃO E MISSORA). RESPECTIVAMENTE

Escritura convocados os Srs. Debenturistas da Emissão da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Ficção de Emissão, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia") a realizar-se no dia 14 de maio de 2025, às 15:15 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para cada participante, devendo habilitados, nos termos desta Edital de Convocação, conforme a Resolução do Conselho de Valores Mobiliários ("CVM") nº 123, de 23 de maio de 2021 ("Resolução CVM 123") a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravesia.com.br). As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Escriptura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, aqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ar@grupotravesia.com.br, juridico@grupotravesia.com.br, man@vortex.com.br, rfz@vortex.com.br e agente fiduciario@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com no menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identificação do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração e a assinatura ou rubrica eletrônica ou assinatura eletrônica com certificado digital com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente) acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal, caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.

São Paulo, 06 de maio de 2025.

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Vinicius Bernardes Basso Silveira Costa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

361/0001-61			
A DIRETORIA			
Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa		São Paulo, 07 maio de 2025	
e esclarecimentos que se fizerem necessários.		31 de Dezembro de 2023	
(em milhares de Reais)		Demonstração do resultado do exercício em 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)	
		31/12/2024	31/12/2023
1	1		
1.430	1.560		
19.834	32.501		
-	1.009		
21.264	35.070		
3.200	4.892		
7.556	17.263		
10.756	22.155		
2.410	2.410		
3	3		
482	482		
19.948	19.948		
10.328	3.322		
-	-		
33.171	26.165		
-	-		
33.171	26.165		
Resultado bruto			
Receita líquida de vendas		14.092	7.272
(-) Impostos s/Receitas de Vendas		(545)	(157)
Lucro bruto		13.547	7.115
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas administrativas		(248)	(148)
Despesas tributárias		(39)	(40)
Outras receitas e (despesas) operacionais		512	
		225	628
Resultado operacional		13.772	13.977
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		3.951	4.426
Despesas financeiras		(1.662)	(96)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		2.289	4.331
Imposto de renda e Contribuição social		16.061	11.258
IRPJ e CSLL - correntes		(2.369)	(1.754)
		(2.369)	(1.754)
Res. antes da part. dos não controladores		13.692	9.504

33.171	26.165	Res. antes da part. dos não controladores	13.692	9.504
--------	--------	---	--------	-------

	65.191	83.390	Resultado Não Operacional		
			Resultado líquido do exercício	13.692	9.504
			Resultado por ação (em reais R\$)		
			Quantidade de ações	2.410	2.410
			Lucro (Prejuízo) diluído por ação	5.681	3.944

do exercício			liquido	
-	7.940	30.358	Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)	

		Método Indireto	31/12/2024	31/12/2023
9.504	9.504			
-	-	425		
(14.122)	(14.122)	Fluxo de caixa das atividades operacionais		
		Resultado antes dos impostos sobre o lucro	16.061	11.258
3.322	26.165	Decréscimo/ (acréscimo) em ativos		
		Adiantamentos	(30)	1.009
		Tributos a recuperar	(4)	
13.692	13.692	Outros créditos	107	362
(6.686)	(6.686)	Depósitos judiciais	-	
		(Decréscimo)/ acréscimo em passivos		
		Obrigações tributárias	(130)	(20)
		Adiantamento de clientes	(1.009)	
		Outras contas a pagar	1.240	(11.544)
		Imposto de renda e contribuição social	(2.369)	(1.362)
		Resultado do Exercícios Futuros	(8.815)	(286)
		Caixa liq. prov. das/(aplicado nas) ativ. op.	2.570	(580)
		Fluxo de caixa das atividades de investimento		
		Transações com partes relacionadas	(5.891)	5.210
		Caixa liq. prov. das/(aplic. nas) ativ. de invest.	(5.891)	5.210
		Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
		Dividendos pagos	(6.686)	(14.122)
		Pagamentos de empréstimos - juros e principal	588	3.216
		Caixa liq. prov. das/(aplic. nas) ativ. de finan.	(6.098)	(10.906)
		Aumento liq./ (Red. liq.) de caixa e equivalentes	(9.418)	(6.276)
		Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	41.273	47.564
		Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	31.854	41.273
		Aumento liq./ (Red. liq.) de caixa e equivalentes	(9.418)	(6.276)

TUBOPEÇAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

CNPJ 46.296.018/0001-83 e NIRE 35.3.0037359.6
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da Tubopecas Indústria e Comércio S/A a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 10 de junho de 2025, às 10:00 hs, na sede social situada na Rua Alzira Maruyama nos. 365/371, na Vila Nova York, em São Paulo, Estado de São Paulo, para apreciação da seguinte pauta: a) exame, discussão e votação das contas da administração e das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) destinação do resultado do referido exercício; c) eleição do Conselho Fiscal, se necessário, e fixação de seus honorários, bem como os da Diretoria. As referidas demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2024 encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da companhia, e também na Central de Balancos do Sistema Público de Escrituração Digital (hashes nos. 457D7C488FFABAEDE5B636428B04EE0687404 e B098FBE70D2F6E32A3CD4E66674E586E38FC3C 50A59. 5 de maio de 2025. TUBOPECAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

K-08.09/10/05

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, METROPOLIM FEIRAS E EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ nº 03.642.615/0001-00, com sede em São Caetano do Sul/SP, na Rua Pará nº 139, conjunto nº 1006, Centro, representada por SONIA REGINA DE OLIVEIRA SODRÉ, brasileira, casada no regime da comunhão parcial de bens na vigência, empresa, RG nº 38.895.437-1-SSP/SP, CPF nº 165.584.991-34, domiciliada em São Caetano do Sul/SP, residente na Rua Rafael Correa Sampaio nº 1000, apartamento nº 172, Santo Antonio, fica intimada a purgar a mora referente a 45 (quarenta e cinco) prestações em atraso, vencidas de 05/12/2019 a 05/08/2023, no valor de R\$2.388.079,97 (dois milhões, trezentos e oitenta e oito mil, e setenta e nove reais e noventa e sete centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$2.415.575,92 (dois milhões, quatrocentos e quinze mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos), que atualizado até 10/08/2025, perfaz o valor de R\$2.611.215,94 (dois milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e quinze reais, e noventa e quatro centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, dando em garantia os imóveis localizados na Rua Pedro de Toledo nº 80, conjuntos nºs 63 e 64, localizados no 6º andar ou 9º pavimento do Edifício Amira, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública” devidamente registrados sob nº 3 nas matrículas nºs 177.457 e 177.458. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciários desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão “inter vivos”, a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27, da mesma Lei. São Paulo, 06 de maio de 2025. O Oficial

Zanettini, Barossi S/A Indústria e Comércio

CNPJ nº 161.357.406/0001-10

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de Abril de 2025

Data, hora e local da assembleia: 24.04.2025, às 14,30 horas, na sede social, na Av. Carioca nº 446, Vila Carioca, São Paulo, SP; **Presença de acionistas:** 98,139621% das ações; **Mesa diretora dos trabalhos:** Wagner Pfof, presidente, Elina Perciballi, secretária; **Publicações feitas no jornal O Dia – Impresso e Digital ou Certificada:** a) do edital da convocação, nos dias 19, 20 e 21.03.2025 fls. 05, 06 e 16, na forma impressa, e 19, 20 e 21.03.2025, na forma digital ou certificada; b) do relatório da diretoria e demonstrações financeiras do exercício social findo em 31.12.2024 na fol. 14, página 13, na forma impressa, e dia 14 na forma digital ou certificada, ambas de março p. passado, o que dispensou a publicação do anúncio de que trata o art. 133, da Lei nº 6.404/76; **Deliberações tomadas à unanimidade:** a) aprovação das contas do exercício social findo em 31.12.2024, abstendo-se de votar os legalmente impedidos ; b) dos lucros do exercício, no valor de R\$37.070.284,38, foi dada a seguinte destinação: b1) - o valor de R\$1.853.514,22, foi constituído para Reserva Legal; b2) distribuição de dividendos no valor de R\$ 3.172.000,00, a serem pagos dentro do exercício de 2025, através de crédito em conta corrente, valendo os comprovantes de depósito como recibo de pagamento; b3 – pagamento de gratificação à Administração, prevista nos Estatutos Sociais, no valor de R\$ 700.000,00 a serem pagos a critério da Diretoria até 31 de dezembro de 2025 e o saldo de R\$ 31.344.770,16, transferido para a conta Retenção de Lucros; c) aprovação de pagamento de juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria, imputados ao valor do dividendo obrigatório, a serem pagos dentro do exercício de 2025, no valor de R\$4.828.000,00, através de crédito em conta corrente, valendo os comprovantes de depósito como recibo de pagamento; e d) aprovada a fixação, para o exercício de 2025, da remuneração dos membros do Conselho de Administração, em até R\$ 150.000,00 e dos membros da Diretoria, em até R\$ 350.000,00, verbas essas mensais e globais, reajustáveis pelo INPC, e, nos limites dessas verbas, serão estabelecidas, de comum acordo, as remunerações individuais de Conselheiros e Diretores. Lavrada esta ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, foi lida e aprovada sem restrições. São Paulo, 24 de abril de 2025. Wagner Pfof (Presidente); Elina Perciballi (Secretária); **Acionistas presentes:** Wagner Pfof, Antonio Carlos Barossi, Maria Valderes Zanettini Berardo, Jessica Tancredi Zanettini, Melissa Tancredi Zanettini, Ricardo Tancredi Zanettini, Regina Luisa Barossi, Elina Perciballi, José Ferreira Campos, P.p. de Paulo Sérgio Barossi, Mariana Barossi, Luana Barossi, Joana Johnsen Barossi, Flavio Johnsen Barossi, Maria Rita Johnsen Barossi, Francisco Xavier Barossi, e Eva Maria de Mendonça - Antonio Carlos Barossi – Procurador. *** A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro competente. Elina Perciballi - Secretária.

JUCESP nº 142.136/25-6 em 05/05/2025.

SWISS RE CORPORATE SOLUTION

BRASIL SEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 72.145.931/0001-99 - NIRE nº 35.300.194.039

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2025

Data, Hora e Local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2025, às 10h, na sede social da Companhia localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 7º andar, Jardim Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Constituição da Mesa:** Presidente: Sr. Guilherme Perondi Neto; e Secretária: Sra. Natália Velasques Sanches. **Convocação:** Convocação realizada nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Publicações prévias:** Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes publicados no dia 26 de fevereiro de 2025, às folhas E11 à E17 do jornal Valor Econômico. **Ordem do Dia:** (1) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas referente ao exercício 2024; (2) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2024; (3) deliberar sobre o pagamento de dividendos; (4) fixar a remuneração global anual da administração da Companhia. **Deliberações:** Examinando os itens constantes da ordem do dia, os acionistas presentes tomaram as seguintes deliberações: (1) Foram examinadas, discutidas e aprovadas, pela unanimidade de votos dos presentes e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (2) Resolvem, em conformidade com o Artigo 33 e seguintes do Estatuto Social da Companhia tendo em vista o lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31.12.2024, no montante de R\$ 95.233.692,58 (Noventa e cinco milhões e duzentos e trinta e três mil e seiscientos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos), (i) transferir o montante de R\$ 4.761.684,63 (Quatro milhões e setecentos e sessenta e um mil e seiscientos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos) para a reserva legal, (ii) distribuir dividendos obrigatórios aos acionistas no valor de R\$ 904.720,08 (Novecentos e quatro mil, setecentos e vinte reais e oito centavos); e (iii) transferir o montante de R\$ 39.567.287,87 (Trinta e nove milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e sete reais e oitenta e sete centavos) para a reserva de lucros; (3) em acréscimo aos dividendos obrigatórios, distribuir dividendos aos acionistas no valor R\$ 99.095.279,92 (noventa e nove milhões, noventa e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos) com base no saldo da reserva de lucros; (4) Foi fixado, por unanimidade de votos, o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia de R\$ 7.411.542,59 (Sete milhões, quatrocentos e onze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a ata foi lavrada, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 31 de março de 2025. **Mesa:** Guilherme Perondi Neto - Presidente; Natália Velasques Sanches - Secretária. **Acionistas:** Swiss Re Corporate Solutions Brasil Holding Ltd.: Claudio Rosa Mendes - Diretor; Beatriz de Moura Campos Mello Almada - Diretora. Bradesco Seguros S/A: Marcelo de Souza Monteiro - Diretor; Vinicius Marinho da Cruz - Diretor. JUCESP nº 142.458/25-9 em 05/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Iniciativa oferece bolsas para alunos negros acessarem ensino superior

A segunda edição do programa Já É anunciada pelo Fundo para Equidade Racial Baobá, pretende aumentar as oportunidades de acesso ao ensino superior para jovens estudantes negros em todo o país.

Os estudantes podem se inscrever no site do Baobá até o dia 6 de junho para concorrer a bolsas de estudos de R\$ 700, concedidas por um ano e 5 meses. Serão selecionados 30 jovens para participar da iniciativa.

Além da bolsa em dinheiro, os alunos indicados contam com preparação para vestibulares, apoio psicológico individualizado, atividades e mentorias indi-

viduais e coletivas.

O programa foi criado para impulsionar as chances de alunos negros ingressarem em instituições de ensino superior públicas e privadas. Nesta edição, o edital tem mudanças, como a gestão da bolsa feita diretamente pelos estudantes e a faixa etária de estudantes ajustada para 20 a 25 anos. O alcance do programa também foi ampliado, atendendo estudantes de todo o território nacional.

Ampliar horizontes

A diretora de Programa do Fundo Baobá, Fernanda Lopes, diz que o objetivo é entregar não

apenas o apoio financeiro para o curso pré-vestibular, mas também tornar mais acessíveis informações, conhecimentos, pessoas e redes.

“Nossa intenção é ampliar horizontes de direitos, subsidiar a construção de novas competências e habilidades e, ao mesmo tempo, alimentar os sonhos de pessoas negras jovens de diferentes territórios e realidades. A universidade não é um fim em si mesmo, mas é um importante começo”, diz a diretora, em nota.

O estudante de Administração Carlos Eduardo Cerqueira, de 23 anos, de São Paulo, participou da primeira edição do projeto.

Para ele, o apoio do Fundo Baobá foi fundamental para ingressar na universidade.

“Tive a grande felicidade de participar da primeira edição do programa Já É, que significou uma grande oportunidade de crescimento pessoal e acadêmico. Consegui ingressar na faculdade, hoje já estou estagiando na área financeira e aspiro também trabalhar com outras coisas, aprender novos idiomas e continuar me especializando profissionalmente”, diz o aluno da PUC-SP.

Prioridades

Nesta edição, serão levadas em consideração especial a situ-

ação de candidatos como residentes de áreas periféricas, rurais, pessoas com deficiência (PcD), quilombolas, ribeirinhas, egressos do sistema penitenciário, migrantes ou refugiados.

Haverá também a priorização de vagas para candidatos das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Cada uma dessas duas regiões terá nove vagas garantidas. Já as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul terão quatro vagas cada.

Desigualdade

De acordo com o último Censo da Educação Superior (2023), divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as desigualdades educacionais no Brasil ainda são preocupantes. Enquanto os 25% mais ricos têm, em média, 13,5 anos de estudo, os 25% mais pobres têm 10,5 anos.

Além disso, a média de anos de estudo entre brancos é de 12,4 anos, enquanto entre pretos e pardos é de 11,4 anos. O projeto Já É surge como uma resposta a esses desnivelamentos, contribuindo para a Meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE), que busca igualar a escolaridade média entre negros e não negros. (Agência Brasil)

Número de empresas abertas no Paraná cresce 23,5% no 1º quadrimestre do ano

A Junta Comercial do Paraná (Jucepar) registrou 133.130 novas empresas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em 2025, contra 107.767 negócios no mesmo período do ano anterior, o que representa 23,5% mais empresas, de acordo com relatório divulgado pelo órgão na quarta-feira (7).

Foram abertas 40.021 empresas em janeiro, 33.286 em fevereiro, 30.229 em março e 29.594 em abril. Atualmente, o Paraná soma 1.837.121 empresas ativas, sendo

1.756.187 matrizes e 80.934 filiais.

Somente em abril houve um crescimento de 5,32% em comparação ao mesmo mês em 2024, quando foram registradas 28.100 empresas. Também houve 15.322 baixas no mês passado.

Com isso, o saldo de empresas – diferença entre o número de aberturas e fechamentos de negócios – foi de 58.800 no primeiro quadrimestre deste ano, contra de 47.506 de janeiro a abril de 2024, o que representa 23,77% de aumento.

O relatório da Jucepar também oferece dados sobre empresas enquadradas como Baixo Risco, benefício oferecido desde 31 de janeiro de 2024, pelo decreto nº 3.434 de 2023, que dispensa 771 atividades econômicas da emissão de alvarás de funcionamento e licenciamentos do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Defesa Agropecuária. O selo não se aplica a microempreendedores individuais (MEI), que já são dispensados de alvarás.

De janeiro a abril, foram beneficiadas 14.687 empresas, sendo 60,04% na abertura de empresas e 39,96% em alterações. Duas em cada dez empresas abertas nesse quadrimestre no Estado, exceto MEIs, foram beneficiadas com o Selo. Os dez municípios mais beneficiados com o Selo do Baixo Risco, no acumulado até abril, foram Curitiba (4.825), Maringá (1.298), Londrina (913), São José dos Pinhais (579), Cascavel (486), Ponta Grossa (443), Foz do Iguaçu (329), Pinhais (289), Pato

Branco (206) e Araçongas (200).

Na avaliação do presidente da Jucepar, Marcos Rigoni, os resultados de abril reforçam o espírito empreendedor e a capacidade de inovação dos paranaenses diante de cenários econômicos nacional e internacional desafiadores. “Nos quatro primeiros meses de 2025, foram abertas, em média, mais de 33 mil empresas por mês, aproximadamente 1.109 empresas por dia. Esses números expressivos refletem o crescimento consistente em rela-

ção ao ano anterior e a força da economia local”, diz.

Em relação ao Selo do Baixo Risco, Rigoni garante que o governo estadual continua focado em aprimorar ainda mais iniciativas que facilitem a rotina empresarial. “Nosso compromisso é seguir trabalhando para manter o Paraná entre os líderes nacionais no incentivo ao empreendedorismo e na geração de oportunidades econômicas e sociais para a população”, finaliza. (AENPR)

Manifestantes fazem ato em defesa da Justiça do Trabalho em São Paulo

Ato realizado na quarta-feira (07) no Fórum Trabalhista da Barra Funda, na capital paulista, defendeu a competência da Justiça para julgar ações de trabalho e criticou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, de suspender ações sobre a pejetização, que é a contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas. Outras ações ocorreram nesta quarta-feira em outras cidades do país.

Na capital paulista, o movimento contou com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP), do Instituto dos Advogados de São Paulo (ASP), da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP) e da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Segunda Região (AMATRA-2).

“O ato está sendo organizado com o objetivo de defender a autonomia, a competência, a liberdade e aquilo que a Constituição assegura para a Justiça do Trabalho, que é defender ques-

tões relativas às relações de trabalho. É isso que esperamos: cumprir a Constituição Federal”, disse o desembargador Valdir Florindo, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região, em São Paulo.

Em entrevista à Agência Brasil, o presidente do TRT da 2ª região afirmou que a decisão do Supremo de suspender os processos é preocupante, não só porque viola uma competência da Justiça Trabalhista, mas porque traz implicações para a população. Mais tarde, ele voltou a dizer que a situação “é seríssima”.

“Isso traz consequências sérias, porque paralisa a busca por justiça de milhares de trabalhadores e amplia a insegurança social ao postergar a solução de conflitos essenciais para a subsistência de muitas famílias”, afirmou o desembargador e presidente do TRT-2.

Segundo Valdir Florindo, a Justiça do Trabalho é uma instituição consolidada, criada há mais de 80 anos para assegurar a pacificação social e proteger os direitos fundamentais do traba-



Foto: Caio / MonitorAgência Brasil

lhador. Para ele, a relação entre duas pessoas jurídicas não tem sabor de novidade.

No mês passado, o ministro Gilmar Mendes suspendeu a tramitação de todos os processos que discutem a legalidade da pejetização, situação em que as empresas contratam prestadores de serviço como pessoa jurídica, para evitar criar uma relação de vínculo empregatício formal.

A decisão de Gilmar Mendes foi tomada após o Supremo ter reconhecido a repercussão geral do assunto, o que significa que a

decisão tomada pelos ministros servirá de parâmetro para todos os casos semelhantes, unificando o entendimento da Justiça.

No entanto, o tema tem colocado o Supremo em rota de colisão com a Justiça Trabalhista, ao menos desde 2018, quando a Corte julgou ser inconstitucional uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que barrava a pejetização.

Longo após a decisão do Supremo, a OAB SP se manifestou sobre o caso, dizendo que é preciso reafirmar a competência

constitucional da Justiça do Trabalho para julgar ações que envolvem vínculos empregatícios na contratação de pessoas jurídicas.

“A OAB SP defende que o tema seja debatido com serenidade e que seja observada a técnica processual, cabendo ao STF a guarda da Constituição, mas respeitadas as manifestações de todas as instâncias da Justiça do Trabalho no exercício da competência que lhes é assegurada pela nossa lei maior”, escreveu em nota.

Em entrevista à Agência Brasil, durante o ato realizado na capital paulista, o presidente da Comissão Especial da Advocacia Trabalhista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em São Paulo, Otavio Pinto e Silva, disse considerar a decisão do Supremo bastante preocupante. Segundo ele, não faz sentido que um outro órgão do sistema Judiciário fique encarregado de solucionar conflitos que afetam a pessoa do trabalhador, mesmo que se trate de uma pessoa jurídica (PJ).

“Nosso entendimento é que a Justiça do Trabalho deve resolver todos os casos que envolvem a prestação de serviços por um trabalhador para a empresa. A preocupação que a advocacia trabalhista tem é de que a decisão do ministro Gilmar Mendes já afetou, pelo Brasil afora, algo estimado em torno de 500 mil processos. Então há sim a necessidade de se discutir o tema e mostrar aos ministros do Supremo que a Justiça do Trabalho deve ser o órgão encarregado para resolução desses conflitos”, disse.

Segundo o representante da OAB, essa decisão do Supremo não só afeta uma competência constitucional como também pode trazer implicações para a população.

A pejetização é a contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas (PJs), em vez de empregados com carteira assinada pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A prática pode ser usada por empresas para reduzir custos e evitar direitos trabalhistas, como férias, 13º salário e FGTS. (Agência Brasil)

CCJ da Câmara aprova suspensão da ação contra Bolsonaro e Ramagem

Após quase sete horas de discussão, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (7), por 44 votos favoráveis e 18 contrários, o projeto de resolução que pretende suspender a íntegra da ação penal contra o núcleo principal da trama golpista denunciada no Supremo Tribunal Federal (STF), incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro e o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ).

O texto ainda precisa ser aprovado pelo plenário da Casa.

Como Ramagem é deputado e o artigo 53 da Constituição permite que a Câmara suspenda ações penais contra deputados, o relator do requerimento na CCJ, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), pediu a suspensão de toda ação penal, o que inclui Bolsonaro e outros sete aliados.

Esta foi a primeira vez que o parlamento debateu e votou a sustação de um processo contra um parlamentar. Pelo texto constitucional, o pedido de sustação deveria ser votado pela Casa respectiva “no prazo improrrogável de

quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora”.

O chamado núcleo 1 da trama golpista inclui ainda os generais Paulo Sérgio Nogueira, Walter Braga Netto e Augusto Heleno, além do ex-comandante da Marinha, o almirante Almir Garnier, e do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres.

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) apontou a iniciativa como uma manobra para proteger os demais réus na ação. Ele destacou que o texto constitucional diz que, recebida a denúncia contra deputado ou senador, é possível ao partido político pedir a sustação da ação penal, mas que esse pedido não abrange quem não é detentor de mandato parlamentar.

“O comando constitucional diz que a sustação do processo suspende a prescrição enquanto durar o mandato. É óbvio que isso só se refere ao Ramagem. Por que não querem colocar isso no projeto de resolução, por que o relator não colocou? Porque querem dar um ‘golpezinho’ legislativo para proteger e blindar os não de-

putados réus nessa ação, aliás, o núcleo do golpismo”, concluiu.

Na comissão, os partidos de centro-esquerda prometeram recorrer da decisão ao STF por considerar que o requerimento é inconstitucional, uma vez que suspende a ação penal de acusados que não são parlamentares.

O líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), justificou que o requerimento é uma manobra para livrar todos os acusados de golpe, o que poderia atingir os outros núcleos da trama golpista.

“Estão querendo trancar a ação de tudo. Isso é claramente inconstitucional. Existe uma súmula do STF que diz, de forma muito clara, que a imunidade parlamentar não se estende ao corréu sem essa prerrogativa. Estão achando um puxadinho para a anistia”, afirmou.

O deputado Ramagem, acusado por tentativa de golpe de estado e organização criminosa no STF, entre outros delitos, se defendeu na sessão da CCJ e acusou o Supremo de perseguição.

“Eu estou servindo hoje de

joguete de casuística do STF. O Supremo Tribunal Federal precisava colocar um parlamentar nessa ação de trama de golpe”, disse Ramagem, negando qualquer participação na trama golpista.

Ramagem foi diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo Bolsonaro, acusado de monitorar ilegalmente autoridades e de apoiar a tentativa de golpe de Estado produzindo desinformação para atacar a legitimidade das eleições e das urnas eletrônicas.

Os deputados contrários à suspensão da ação penal justificaram que é preciso julgar e punir aqueles que tentaram impedir a posse do presidente Lula. O líder do PSB na Câmara, deputado Pedro Campos (PSB-PE), destacou que Ramagem articulou o questionamento, sem provas, das urnas eletrônicas para justificar o golpe contra a eleição de 2022.

“Todos nós temos a nossa legitimidade colocada nas urnas eletrônicas. Se o então chefe da Abin, o Ramagem, questionava as urnas eletrônicas, também ques-

tionava a legitimidade de todos nós aqui neste Parlamento. O desejo dele era fazer o que todas as ditaduras fizeram em todos os lugares do mundo, que é começar fechando o Congresso Nacional”, apontou.

O deputado Cabo Gilberto (PL-PB), por outro lado, defendeu que a Constituição permite ao Parlamento sustar toda ação penal, incluindo não parlamentares.

“Se o Supremo colocou ação penal com essas pessoas, o que o Congresso Nacional tem a ver com isso? Temos que respeitar a independência dos Poderes. A Constituição é bastante clara, é ação penal, não está falando de individualização da conduta”, disse.

O Artigo 53 da Constituição, no inciso terceiro, diz que: “recebida a denúncia contra o senador ou deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação”.

Em ofício enviado à Câmara, o STF informou que, segundo a Constituição, a Câmara só poderia suspender a tramitação das ações dos crimes cometidos após a diplomação de Ramagem como deputado. Com isso, os crimes de tentativa de golpe de Estado e de participação em organização criminosa não poderiam ser suspensos, segundo o Supremo.

A denúncia de tentativa de golpe de Estado feita pela Procuradoria-Geral da República (PGR) diz que o objetivo da trama era anular as eleições presidenciais de 2022 e que estava incluída a previsão de assassinatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do STF Alexandre de Moraes.

A denúncia afirma que a trama golpista liderada pelo ex-presidente Bolsonaro buscou apoio das Forças Armadas para a decretação de Estado de Sítio, que funcionaria para promover uma ruptura democrática no Brasil. Os investigadores negam as acusações. (Agência Brasil)